

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E DA CIÊNCIA ECONÔMICA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Virgílio de Almeida*
Rosalina Lima Izepão**

RESUMO: O artigo apresenta a história da produção do conhecimento científico e da Economia, com o objetivo de evidenciar, neste contexto, a evolução das discussões metodológicas e de algumas controvérsias que têm envolvido a investigação econômica ao longo do tempo. Trata-se de uma pesquisa exploratória, na qual se utilizou fontes bibliográficas, por meio das quais se analisou diferentes abordagens sobre o tema de estudo, concluindo-se que: assim como ocorre nas demais ciências, na Ciência Econômica, os métodos e as leis estão em constantes transformações, pois, os critérios de cientificidade são historicamente abrangentes e controversos. De forma que, ao mesmo tempo, geram e são gerados pelas transformações históricas e culturais de cada época.

Palavras-chave: Conhecimento científico; Ciência Econômica; Metodologia.

1. INTRODUÇÃO

A busca pelo conhecimento é algo que acompanha o Homem desde os tempos mais remotos. Seja nas sociedades primitivas, na Grécia Antiga, na Babilônia, em Roma ou em qualquer sociedade, a busca por respostas às indagações sobre o mundo em que vive, é algo inerente à própria condição humana. O mito, como explicação de situações inexplicáveis pelo Homem das comunidades primitivas e de algumas civilizações da antiguidade é um exemplo claro disto.

No período conhecido como Idade Média, que se estendeu do século V ao XV, coexistiram várias civilizações com organizações políticas, econômicas, sociais, culturais e religiosas diferentes. As do Oriente, por exemplo, produziram conhecimentos que resultaram em importantes descobertas, tais como: a bússola, o relógio, a atrelagem de caravelas e a geometria. Todas estas descobertas foram estimuladas pelo desenvolvimento do comércio. Diferentemente, no lado Ocidental, dominado pela Igreja católica, a produção do conhecimento e a sua veiculação foram diretamente condicionadas à manutenção da estrutura social, política, econômica, religiosa e, sobretudo, cultural, em nome dos interesses desta Instituição, nos países que passaram pelo chamado Modo de Produção Feudal. (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO et al., 1999)

Com a ascensão do Sistema Capitalista, a produção do conhecimento científico também evoluiu e se fortaleceu, produzindo uma nova visão de mundo, onde o teocentrismo foi, gradativamente, sendo substituído pelo racionalismo. Este avanço levou a sociedade a mudanças na forma de interpretar o mundo e de produzir o conhecimento para o qual necessitava. Para a burguesia em ascensão, a produção do conhecimento científico se tornava fundamental para o atendimento dos seus interesses e, obviamente, dos demais ligados à acumulação de capital. (JAPIASSU, 1979)

Na área da investigação econômica, vários pensadores passaram a se destacar nesta época, entre os quais estavam os ligados à doutrina mercantilista e os fisiocratas, ainda que seja o súdito do Império Britânico, Adam Smith, com sua conhecida obra “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”, publicada em 1776, o grande marco do nascimento da Economia, enquanto Ciência.

Desde então, os métodos, as teorias e a evolução das formas de produção do conhecimento científico e, naturalmente, da Ciência Econômica vêm passando por importantes transformações. É desta evolução e suas controvérsias que se trata o presente artigo.

* Doutora em História Econômica pela USP. Professora Adjunta/UEM.

** Mestre em Economia Quantitativa/PPGE/UFRGS/(*In memoriam*).

2. O CONHECIMENTO E A CIÊNCIA

A busca pelo conhecimento³ é algo que acompanha a humanidade. As comunidades primitivas, por exemplo, ao cultuarem as forças da natureza, como formas de explicação para a sua vida cotidiana, buscavam, na realidade, encontrar respostas para as suas indagações sobre o mundo em que viviam. Assim, por meio de explicações mitológicas, constituídas de seres atemporais e passadas de geração a geração, o homem primitivo interpretava a sua própria realidade, em contínuas transformações.

Mas, foi na Grécia, no período que se estendeu dos séculos VII a.C a II a.C que apareceram as primeiras tentativas, que se tem notícias, de explicação do mundo, a partir de formas consideradas racionais, em contraposição às explicações míticas predominantes até aquele momento. Nesta época, alguns gregos passaram a se preocupar em explicar o mundo que conheciam, de modo que as interpretações ultrapassassem as crenças e as explicações mitológicas. Assim, embora não existissem métodos tais como os conhecemos atualmente, já se procurava produzir o conhecimento a partir da problematização e da busca de suas soluções. (VIEGAS, 1999)

Aos poucos, além dos gregos, outros povos da Antiguidade, entre os quais os egípcios e os mesopotâmicos, foram abrindo caminhos para a evolução da produção do conhecimento, por meio da observação e da experimentação. Esta evolução se deu em relação a áreas, tais como: a Filosofia, a História, a Medicina, a Astronomia, a Biologia, a Matemática, entre outras. Este foi um processo que levou muitos pensadores à busca de caminhos e mecanismos que pudessem proporcionar a produção de conhecimentos que se aproximassem o máximo possível da “verdade”. Estes caminhos seriam o que ainda hoje chamamos de métodos.

Entre os defensores da ideia de que o conhecimento, para se aproximar o máximo da “verdade”, deveria ser produzido por meio da utilização de métodos estão os conhecidos filósofos gregos: Sócrates (469-399 a.C.), Platão (427-347 a C) e Aristóteles ((384-322 a C). É importante destacar que na época em que viveram estes filósofos, já existiam algumas instituições particulares, preocupadas em produzir e transmitir conhecimentos, a partir da utilização de métodos (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO; et al, 1999). Ressalta-se, entretanto, que a exemplo de hoje, cada uma destas instituições seguiam orientações metodológicas diferentes. E os conhecimentos produzidos também resultaram em descobertas diferenciadas e de acordo com as orientações e interesses de cada povo.

No período conhecido como Idade Média, século V ao XV, por exemplo, coexistiram várias civilizações com organizações políticas, econômicas, sociais, culturais e religiosas diferentes. As civilizações bizantinas e muçulmanas, por exemplo, produziram, nesta época, conhecimentos que resultaram em descobertas, tais como: o papel, a bússola, o relógio, o leme de popa, o astrolábio, a aclimação de plantas exóticas, a geometria, a trigonometria, a álgebra, a atrelagem de caravelas, a geografia, a astronomia e a cartografia. Todas estas descobertas foram estimuladas pelo desenvolvimento do comércio. Diferentemente, no lado ocidental, dominado pela Igreja, a produção do conhecimento e a sua veiculação foram diretamente condicionadas à manutenção da estrutura social, política, econômica, religiosa e cultural, em nome dos interesses desta Instituição, no chamado Modo de Produção Feudal. Santo Agostinho e São Tomás de Aquino foram expoentes destas idéias. (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO; et al, 1999)

Na fase de transição do Feudalismo para o Capitalismo, as transformações políticas, econômicas, sociais, religiosas e culturais levaram à rejeição das ideias sobre o universo e a religião, prevalecentes no mundo feudal. Com o Sistema Capitalista, nasceu, também, a Ciência Moderna, e, com ela, uma nova visão de mundo, onde o teocentrismo foi substituído pelo racionalismo. Em relação ao conhecimento, para os ocidentais, isto representou a valorização da capacidade humana de conhecer e transformar a realidade, que antes, segundo os dogmas da Igreja estavam somente sob o controle de “Deus”.

Entre os defensores desta nova visão do mundo e da capacidade humana destacava-se Francis Bacon (1561-

³ O termo ‘conhecimento’ e seus cognatos como conhecer, cognição e cognitivo tem origem nas palavras *cognitionem* e *cognoscere*, que embora tenham chegado às línguas modernas por meio do latim, derivam do grego ‘aprender a conhecer, ação de conhecer e faculdade de conhecer, entre outros’. Fora da área neolatina tem-se *know* e *knowlegde*, no inglês e *kennem*, no alemão. (VIEGAS, 1999:20)

1626). É interessante observar que, esta época, marcou, também, uma fase de grandes inovações técnicas que, a exemplo das descobertas dos povos bizantinos e mulçumanos, já mencionadas anteriormente, nasceram das necessidades práticas que envolviam o avanço do processo produtivo e das relações de trabalho, podendo-se, desta forma afirmar que a ascensão da burguesia contribuiu, sobremaneira, para o avanço da ciência, na medida em que procurava utilizá-la em favor dos seus interesses ligados à acumulação de capital. É fase do Renascimento, da Reforma Protestante, da consolidação dos Estados Nacionais, do Absolutismo, enfim, do fortalecimento do Capitalismo enquanto Sistema Econômico.

Assim, com a ascensão do Capitalismo, consolida-se, também, no século XVII, a chamada Ciência Moderna⁴ como forma de produção do conhecimento, que mais se aproxima da “verdade”, ampliando e fortalecendo, ainda mais, entre os cientistas da época, as preocupações em relação ao Método.

Entre estes cientistas que se destacavam, citam-se: Francis Bacon (1561-1626), Galileu Galilei (1564-1642), René Descartes (1596-1650), Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Isaac Newton (1642-1727). Dos autores citados, dois se dedicaram profundamente à proposição de metodologias, em grande parte de suas obras. São eles: Bacon, empiricista e Descartes, racionalista. O objetivo de ambos era descobrir caminhos para se chegar ao “verdadeiro” conhecimento e à compreensão dos elementos que compõem o universo. (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO et al, 1999)

Os séculos seguintes, ou seja, o XVIII e o XIX, foram marcados por várias revoluções, sendo as mais significativas do ponto de vista da evolução da ciência, a Industrial, na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII e a Revolução Francesa, em 1789. A partir delas, a burguesia que já detinha o poder econômico passou, também, a deter o poder político. Com isto, a produção do conhecimento científico tendeu a refletir as ideias e os interesses desta classe, cujos pilares se baseavam em três valores: a liberdade, o individualismo e a igualdade. O primeiro expresso, sobretudo, nas idéias defendidas por Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823), de liberdade comercial e concorrencial e de filósofos iluministas, tais como: Voltaire (1694-1778), Montesquieu (1689-1755) e Rosseau (1712-1778), que defendiam a ideia de que o desenvolvimento do ser humano só seria possível a partir da sua libertação dos dogmas da Igreja.

Não foi por acaso que, nesta época, expandiram-se, grandemente, as escolas técnicas junto às fábricas para atender as necessidades da indústria e do processo produtivo nelas desenvolvidos. Os conhecimentos passados nas universidades, voltados para a metafísica e a teologia eram acessíveis somente aos membros da burguesia. Como já dito, o individualismo também prevalecia no discurso de alguns pensadores, entre os quais Kant (1724-1804). Observa-se, portanto, que nos séculos XVIII e XIX, a observação e a razão ganharam diferentes papéis na produção do conhecimento científico, atribuídos pelos defensores do empirismo e do racionalismo. (JAPIASSU, 1985)

De acordo com francês positivista Isidore-Auguste-Marie-Xavier Comte (1798-1857), no fato é que reside toda a base do conhecimento, embora só possa ser conhecido pela experiência. Assim, enquanto para Comte é pela observação e pela experimentação, como nas ciências naturais, que se pode descobrir as relações que ligam os fatos importantes para a reforma econômica, política e social que defendia para a sociedade. (RIBEIRO JÚNIOR, 1984), para o alemão, F. Hegel (1770-1831), a razão tinha uma importância pequena na produção do conhecimento. Este filósofo defendia a noção de que o ponto de partida para a produção do conhecimento era a ideia, já que, para ele, todo dado racional é real, da mesma forma que todo dado real é racional, mas, o real depende do pensamento.

Como se sabe, Karl Marx (1818-1883) se opôs, neste aspecto, ao pensamento hegeliano, ao considerar que o pensamento é que é manifestação do real e não o contrário, como defendia Hegel. Isto implica dizer que para Marx, o conhecimento não é apenas reflexo do real, dado que é necessário, na produção do conhecimento, procurar saber o que existe por trás das aparências, ou seja, é necessário desvendar a essência das coisas para entender como elas

⁴ A palavra ciência, scientia, no latim, tem origem grega e significa ‘separar, dividir, partir ao meio’. “... Por meio dela, a mente, separando, a causa do efeito, percebe a relação entre dois fenômenos. Dessa forma, a mente ordena e organiza a realidade...” (VIEGAS, 1999: 67). Neste artigo estamos assumindo a definição clássica e ampla de ciência como o conhecimento das coisas, por suas causas.

realmente são. Assim, tanto a observação, quanto a razão são importantes para a produção do conhecimento. (PAULO NETTO; BRAZ, 2007)

Observa-se, portanto, que foi no contexto das condições históricas das transformações econômicas, sociais, culturais e políticas dos séculos XVIII e XIX que a ciência moderna se firmou como forma de conhecimento que, pelo aperfeiçoamento dos seus métodos, procura oferecer aos problemas que se propõe estudar, soluções confiáveis. Assim, pode-se afirmar que o avanço do conhecimento científico só pode ser entendido sob a forte interrelação com o desenvolvimento do Capitalismo.⁵

É a partir do século XX que a relação entre a ciência moderna e a produção capitalista fica mais clara. De forma que tanto a característica da ciência foi se transformando, como, também, a produção do conhecimento, isto é, as características dos trabalhos científicos. Ao longo do último século, a atividade científica foi se profissionalizando e a pesquisa científica foi ganhando caráter mais formal.⁶ Se de um lado isto lhe garantiu maior prestígio, do outro representou a perda de parte da sua independência, dado que, cada vez mais, depende dos interesses do sistema produtivo. (JAPIASSU, 1985)

Estes fatos implicam no reconhecimento de que a atividade científica e o conhecimento produzido por ela não é neutro⁷ e a sua “verdade” é provisória e suscetível de ser questionada e refeita. E esta possibilidade do conhecimento científico ser constantemente revisto é que o torna capaz de progredir fazendo com que, inclusive, seu próprio método seja sempre passível de aperfeiçoamento (JAPIASSU, 1979).

Partindo-se da análise da evolução histórica da ciência pode-se afirmar que esta é caracterizada pela busca incessante de explicações e soluções para os problemas propostos, a partir da utilização de métodos específicos. Nesta constante busca do conhecimento são feitas revisões e reformulações de teorias⁸ produzidas anteriormente, que confrontadas com outras dão origem a novas hipóteses. Através da testabilidade, o resultado do confronto empírico irá dizer se foi produzido ou não um novo conhecimento (KÖCHE apud FACHIN, 2001). Assim:

A ciência se apresenta ao cientista como uma forma uniforme de achar alguma razão na observação dos fatos. Sua estrutura permite a acumulação do conhecimento de forma organizada e fundamentada em sistemas lógicos, sempre sob a direção de um elenco de procedimentos da metodologia científica. (FACHIN, 2001:16)

Enfim, a ciência pode até assumir definições diferentes, mas, quanto às características e exigências em relação à produção de um trabalho científico, grande parte dos pesquisadores concorda que existem pontos a serem observados. Entre eles se destacam: o uso do raciocínio analítico, lógico e sintético, despojado da emoção, da qual se caracteriza a racionalidade; ser a representação do real, pois, embora possuam várias representações do real – filosóficas, ideológicas ou culturais, a ciência deve nos ensinar como as coisas são, por meio de conceitos, regras e leis, que, num movimento contínuo, vão se construindo, reconstruindo e inovando-se; ser questionadora; analítica, investigativa a partir da utilização de métodos e seus resultados comunicáveis à sociedade (BARROS; LEHFELD, 2000).

Para Fachin, que conhecemos do mundo depende muito da forma em que vemos as coisas. Segundo a autora:

Nós conhecemos o mundo objetivo como ele é. Se perante meus olhos está uma gota de água clara e cristalina, ela é, ante meus olhos, como ela é. Mas se ao microscópio vejo nela um mundo infinito de seres, gigantesco na proporção do microscópio, a par de outros de minúsculas dimensões, também é a realidade da gota de água”. (FACHIN, 2001:14)

⁵ Sobre os determinantes que fizeram emergir a ciência moderna e a sua dinâmica interna e externa ligada ao avanço do Capitalismo, ver JAPIASSU (1985).

⁶ Existe no Brasil grande variedade de obras que apresentam e discutem os aspectos formais de um trabalho científico, entre os quais, citam-se: SANTOS, A. R. dos. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, 139p. e FACHIN, O. Fundamentos de Metodologia. São Paulo: Saraiva, 2001, 200p.

⁷ Embora a idéia de ciência neutra, imune aos interesses, tenha conseguido se manter, por dois séculos, defendida por positivistas, sabe-se que este axioma da neutralidade leva o cientista positivista a ignorar as condições histórico-sociais do conhecimento. Ver LÖWY, Michel. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. São Paulo: Busca Vida, 1987, p.18-19.

⁸ A palavra é de origem grega e originariamente significava a ação de observar, de ver um espetáculo. Pouco tempo depois passou a significar o próprio espetáculo, em seguida contemplação do espírito, meditação, estudo. Atualmente o termo teoria é empregado em três acepções diferentes: a) condição hipotética e ideal, contrapondo-se à realidade concreta. É quando se diz ‘na prática a teoria é outra’; b) parte especulativa, doutrinária de uma ciência, em oposição às técnicas, às práticas, dela derivadas e c) teoria científica, isto é, o conjunto de proposições sistemáticas, verificadas ou não, para explicar um determinado fato. (VIEGAS, 1999: 83-84)

Com isto se quer dizer que o pesquisador não conhece tudo do seu objeto de estudo. No processo do conhecimento, o cientista só toma posse do objeto conhecido, ou seja, não lhe é possível captar o objeto em toda a sua dimensão, mesmo estando a ciência dividida em áreas específicas, agrupadas segundo seus objetos.

3. CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS SEGUNDO ALGUNS DE SEUS PRINCIPAIS EXPOENTES

Ao longo do tempo, as ciências foram classificadas por diferentes cientistas, a partir de critérios estabelecidos previamente.

O quadro 01 mostra a divisão didática da ciência, segundo o critério de finalidade.

Quadro 01 - Classificação das ciências para fins didáticos.

Autor	Crítérios	Ciências
Aristóteles	Finalidade de cada ciência	Teóricas: têm por objetivo o conhecimento puro. Ex: física, matemática e metafísica; Práticas: têm por finalidade o comportamento humano. Ex: economia e política e; Poéticas: têm por objeto as obras produzidas pelo homem.
Francis Bacon	Classificou as ciências de acordo com as faculdades humanas exigidas para a sua compreensão	Memorativa: história natural, civil e sagrada; Imaginação: poesia épica, dramática e alegórica; Razão e; Filosofia: Deus, Homem e Natureza.
August Comte	Pela observação de seus fenômenos e da ordem dos fatos observados	Matemática: por se preocupar com a quantidade; Astronomia: estuda o movimento das massas e sua atração; Física: preocupa-se com a quantidade usando, também, o critério de força; Química: estuda as matérias, quantidades e forças;
Herbert Spencer	Diferencia as ciências abstratas das concretas	Abstratas: estuda as relações entre os fenômenos. Ex: a lógica e a matemática; Abstrato-concretas: mecânica, física e química e; Concretas: tratam dos seres. Ex: astronomia, biologia e psicologia.
Nos tempos atuais não existe uma classificação propriamente dita, mas, várias.	a) De acordo com o conjunto orgânico das ciências. b) De acordo com as áreas do saber	Para Aguiar Neto apud Fachin as ciências se dividem em: Exatas. Ex: Matemática; Naturais. Ex: Biologia, Física e Química e; Humanas. Ex: Psicologia, Sociologia e História. Formais: que abrange as áreas exatas como a matemática e a lógica e a tecnológica como a computação. Factuais: cuja abrangência são as áreas naturais como a química, a física e a biologia e as humanas como a sociologia, antropologia, política, história, psicologia, economia, educação, etc.

Fonte: elaboração dos autores com base em FACHIN (2001:16-21) e BARROS e LEHFELD (2000: 47-50)

Esta divisão surgiu da dificuldade dos cientistas no domínio de todas as ciências e ramificações que as circulam. Ressalte-se que estas são divisões apenas para fins didáticos, pois, na atividade científica, em geral, existe uma interação entre as ciências e os diferentes tipos de conhecimentos produzidos.

4. OS TIPOS DE CONHECIMENTOS DETERMINADOS SEGUNDO AS SUAS FACULDADES COGNITIVAS

Do mesmo modo que se observa a classificação das ciências, em diversas áreas, os tipos de conhecimentos também se constituem em diferentes tipos, embora todos estejam diretamente relacionados às formas em que os indivíduos interpretam as suas condições de vida e de existência.

Desse modo, classificado segundo a sua capacidade cognitiva, o conhecimento pode ser filosófico, religioso, ideológico ou científico. Um não é melhor ou pior que o outro. São conhecimentos que funcionam conjuntamente, embora se constituam em diferentes concepções da realidade. O que diferencia um tipo de conhecimento do outro é a fonte utilizada para a sua produção, o método de investigação do objeto, a atitude, a capacidade mental e o nível de consistência que lhe dá sustentação. (VIEGAS, 1999).

O conhecimento religioso não deve ser confundido com religião. O primeiro relaciona-se a algo que é interpretado como revelação divina, enquanto religião refere-se à utilização sistemática e institucionalizada desse conhecimento, embora alguns conhecimentos religiosos estabelecidos num corpo doutrinário acabem se transformando em religião como é o caso do budismo, cristianismo, islamismo, entre outros. (VIEGAS, 1999)

Ao saber filosófico, por exemplo, associam-se os conceitos ligados à metafísica, isto é, conceitos que vão além da física e, também, a especulação cujo significado vem de espelho, ou seja, o espelho cria uma imagem do objeto nele refletido. A diferença é que na especulação filosófica a mente deve ir além da aparência, tem que procurar descobrir a sua essência e a reflexão que é juntamente com a especulação a atitude mental que o pesquisador deve apresentar diante do objeto investigado.

Contudo, de todas as formas de conhecimento, nenhum foi usado de modo tão pejorativo quanto o caracterizado como ideológico. O termo ideologia foi utilizado inicialmente, em 1796, por Detutt de Tracy para designar uma ciência cujo propósito era conhecer a origem das ideias. Desse modo:

A ideologia seria uma forma primária de manifestação da consciência humana. As idéias e representações ideológicas são o que aparece primeiro – mas desse plano mais primitivo destaca-se depois, segundo Marx, o processo de conhecimento propriamente dito. (...) Marx foi mal interpretado quanto ao seu grau de ideologização. É possível que os seguidores tenham sido mais ideológicos que o próprio Marx, lendo-o pouco – e mal -, atribuindo-lhe coisas que não pensou, nem escreveu”. (MONTEIRO, 1989 apud VIEGAS, 1999: 34-35).

Assim como a ciência, a ideologia também não pode ser analisada fora do contexto histórico e da forma em que percebemos o mundo. *“Ao corpo de conhecimentos ideológicos dá-se o nome de ideologia. Quando ele se transforma em regra de ação para um grupo, passa a ter visibilidade social e tende a institucionalizar-se em organizações das quais os partidos políticos são o exemplo típico”* (VIEGAS, 1999: 35).

O conhecimento científico, por sua vez, é consequência de uma forma de investigação que deve envolver, necessariamente, uma pesquisa sistemática, a partir de procedimentos metodológicos e teóricos bem definidos. É esse conhecimento, sujeito à verificação, que constitui a ciência. Isto não significa dizer que a ciência produza um conhecimento acabado ou verdades imutáveis. Pelo contrário, o conhecimento científico é sempre incompleto, e, por meio de um processo acumulativo, por meio de novas descobertas, está sempre se renovando. De modo que, o conhecimento produzido ontem pode ser negado hoje e o de hoje, amanhã. Isto é que torna a ciência um processo

em constante evolução e a metodologia, que proporciona um estudo sistemático da realidade, em qualquer campo de análise, é a forma que temos de distinguir o que é científico e o que não é.

5. ECONOMIA POLÍTICA E INVESTIGAÇÃO ECONÔMICA

A caracterização da Economia como ciência é relativamente recente, se comparada à Filosofia, Matemática, Astronomia, Medicina, entre outras ciências. Os primeiros passos para a sua constituição se deram nos séculos XVI e XVII.

Embora o termo economia, derivado do grego *oikos*, casa, *nomos*, lei, já tivesse sido empregado por Xenofontes, na Grécia Antiga, em sua obra *Oikosnomos*, a produção do conhecimento econômico autônomo não ocorreu, nesta época. Pelo contrário, permaneceu subordinado à Filosofia e à Política. Esta condição só sofreu alterações durante a Idade Média, na Europa Ocidental, em razão do domínio da Igreja. Ou seja, as atividades econômicas: as trocas naturais, as feiras, as corporações de ofícios, o comércio, entre outras, assim como as demais áreas do conhecimento, ficaram subordinadas à moral cristã.

Somente com a ascensão do Capitalismo, com as transformações econômicas, sociais, políticas, geográficas, culturais e religiosas ocorridas na Europa, notadamente, no período de transição do Sistema Feudal para o Capitalista é que se tem a gênese do que viria a ser a Ciência Econômica e, com ela, verificam-se, também, as controvérsias entre os seus métodos e teorias.

A prática mercantilista européia, desde meados do século XV, por meio da defesa de alguns preceitos de administração do Estado, tais como: protecionismo, acúmulo de metais preciosos, balança comercial favorável e o pacto colonial, por meio dos quais, os governantes deveriam aumentar a riqueza das nações, representou esforços de sistematização do pensamento econômico até aproximadamente 1750.

Evidentemente, não se pode ver esta contribuição do Mercantilismo como significativa para o desenvolvimento de um pensamento econômico-científico autônomo, até porque se tratava de uma doutrina.⁹ Mas, não se pode ignorar que a ascensão da ciência, durante os séculos XVII e XVIII, também foi marcada pelo destaque de alguns pensadores da área econômica, cujas idéias dariam origem à estruturação da chamada Economia Política Clássica. Entre estes pensadores se destacam: Willian Petty (1623-1687), na Inglaterra e Pierre Boisguillebert (1646-1714), na França.

Da mesma forma diz-se da Fisiocracia, movimento que empolgou a França, de 1760 a 1770, mas, que em 1780 já se encontrava esquecido (SCHUMPETER, 1964:286). O grande destaque do pensamento fisiocrático foi, sem dúvida, O Quadro Econômico, de 1758, do médico da corte francesa, François Quesnay, considerado precursor da economia quantitativa.

Nesta época, embora se observasse o tratamento dos problemas econômicos, de forma pouco científica, no sentido de que, como já mostrado anteriormente, o objetivo da ciência é chegar ao conhecimento, seguindo um conjunto de exigências técnicas e metodológicas, de acordo com a natureza específica de cada problema investigado e do seu objetivo, a nosso ver esta fase também colaborou para a elaboração de um estoque de conhecimento que se tornaria a base de estruturação do que se chamou de Economia Política Clássica.

Esta fase, também conhecida por período clássico da Economia Política, segundo Marx, começou com Petty e Boisguillebert e terminou com David Ricardo (1772-1823) e Jean Charles-Leonard de Sismondi (1773-1842), da Inglaterra e da França, respectivamente. Para Schumpeter inicia-se com a publicação da obra Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações, de Adam Smith, em 1776 e prolonga-se até a publicação, em 1848, da

⁹ Refere-se ao "... encadeamento de correntes e escolas que não se limitam a constatar e a explicar os fenômenos econômicos, mas, que os apreciam em função de concepções éticas e, em conseqüência, preconizam certas políticas." DEFAULD, Pierre. As teorias econômicas. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, p. 9

obra *Princípios de Economia Política*, de John Stuart Mill (PAULO NETTO; BRAZ, 2007). Em geral, considera-se que a obra de Smith, publicada em 1776, tenha sido o marco inicial da fase científica da Economia.

Nesta época, tanto os métodos ditos racionais, entre eles: o dedutivo, o indutivo, e o dialético, isto é, que fazem parte da estrutura de raciocínio, quanto os discretos, ou seja, específicos a cada área do conhecimento, tais como: observacional, comparativo, histórico, experimental, de estudo de caso, funcionalista e o estatístico, já vinham sendo amplamente empregados na produção do conhecimento científico, em diversas áreas de estudo.

Na nascente Ciência Econômica não foi diferente. Os métodos empregados pelos clássicos, excetuando-se Marx, eram o dedutivo, o indutivo e o abstrato, onde, por meio de hipóteses, cujas bases eram extraídas de suas observações sobre a natureza humana, concebeu-se o homem econômico que obedece apenas às leis do interesse pessoal, do pecúnio e a do menor esforço.

No pensamento clássico, inspirado na metafísica, predominante na época, estudam-se a população, o trabalho, a nação e as relações gerais abstratas entre elas, enfim, categorias que estruturam o sistema econômico capitalista, tais como: a divisão do trabalho, valor, capital, entre outras, e, a partir destas elevam-se a análise até o Estado e as suas interações com o mercado internacional.

Trata-se, portanto, da produção de um conhecimento que, embora siga uma regra metodológica clara, apreende somente a essência do objeto real estudado. Por exemplo, no caso do estudo sobre o Sistema Capitalista, a partir deste conhecimento produzido tem-se acesso ao saber o que os elementos que compõem o Capitalismo, são. Porém, não se explica a relação que congrega as partes, de sua totalidade.

O método científico, para Marx, consiste na determinação das relações, por meio da análise. Isto é, o modo como as situações da realidade exterior, que constituem objeto do conhecimento, se dispõem e compõem, entre si e em si, no espaço e no tempo. A totalidade não é a soma das partes. É necessário ver a relação do que as une. Não é por mero acaso que se fala em “Sistema capitalista”. Este tipo de organização econômica é assim chamado porque se trata de um conjunto onde todos e cada um dos elementos se integram numa unidade e totalidade. (PAULO NETTO; BRAZ, 2007).

Segundo Marx (1985:102) “*Os economistas nos explicam como se produzem estas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem estas relações (...)*”. Além de Marx, em meados do século XIX, a Escola Histórica Alemã, opôs-se à metodologia empregada pelos economistas clássicos e neoclássicos, sobretudo, no que concerne ao rigor das suas leis econômicas. Para estes pensadores, entre os quais Werner Sombart, as teorias econômicas só são válidas dentro de certos limites de tempo.

Como a história é dinâmica, as transformações também são contínuas, no tempo e no espaço. Sendo assim, as teorias econômicas também devem ser vistas como provisórias. Como é constante o surgimento de fatos novos, os economistas, como nas demais ciências, necessitam reformular as teorias antigas ou adequá-las à nova realidade.

E foi o que aconteceu à Economia Política Clássica, entre 1825 e 1848, décadas em que entrou em crise. A Economia Política Clássica expressava os interesses da classe burguesa, quando esta lutava para destruir os laços feudais que emperravam o seu desenvolvimento, no período de ascensão do Capitalismo, porém, já na segunda metade do século XIX, este termo caiu em desuso, sendo substituído por Economia ou, simplesmente, Crítica da Economia Política, conforme se referia Marx.

Esta mudança deveu-se, entre outras coisas, ao fato de que esta foi a época em que ocorreu a primeira grande crise capitalista, marcando, também, a ocorrência de várias revoluções democrático-populares na Europa Ocidental e Central. Tratava-se, portanto, de uma nova fase do capitalismo em que o confronto não se dava mais entre a burguesia e a nobreza, mas, sim, entre a burguesia e a classe trabalhadora. (PAULO NETTO; BRAZ, 2007).

6. A ECONOMIA E SUAS CORRENTES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Da dissolução da Economia Política Clássica, tornam-se claras duas correntes teóricas, mutuamente excludentes, na Economia. De um lado estavam os Neoclássicos ou Marginalistas que, diferente dos Clássicos que se preocupavam com a determinação da riqueza da nação, procuravam integrar a Teoria da Utilidade do Valor com a Teoria dos Custos de Produção dos Clássicos e, também, explicar os preços dos bens e dos fatores e a alocação dos recursos com o auxílio da análise marginal. (GREMAUD; MONTORO FILHO; LANZANA et al., 2003)

O Neoclassicismo, como ficou conhecido, teve como representantes, escolas, como: a de Vienna, de Karl Menger; a de Lausanne, fundada por Léon Walras; a de Cambridge, de Alfred Marshall e a Sueca, de Knut Wicksell. Do outro estavam os intelectuais vinculados aos movimentos de trabalhadores, tendo à frente as idéias de Karl Marx. (ARAÚJO, 1995)

Com esta mudança não somente a Economia Política passou a ser denominada simplesmente Economia, como também as discussões em torno dos seus métodos e do processo de produção do conhecimento econômico tornaram-se mais intensas. Com a prevalência do pensamento neoclássico, a Economia passou a desenvolver-se como disciplina, porém, despidendo-se das preocupações históricas, sociais e políticas, comuns à Economia Política Clássica.

Ao longo do tempo a Ciência Econômica tornou-se cada vez mais técnica e presa a modelos econômicos matemáticos. Os métodos de abordagem cederam maior espaço aos de procedimentos e aos instrumentais que passaram a ser considerados mais adequados às necessidades da nova fase evolutiva do processo de acumulação capitalista.

A Ciência Econômica tornou-se mais preocupada com a preparação de gestores de empresas públicas e privadas e administradores públicos, foi evoluindo para várias especialidades e escolas. Da Economia Política Clássica mantiveram-se as categorias econômicas que expressam as relações de produção, tais como: a divisão do trabalho, o crédito, a moeda, entre outras, como realidades imutáveis e eternas. Delas criaram-se princípios e leis. Propriedade privada, salário e lucro, por exemplo, são tratados como elementos naturais de qualquer sociedade normal, devendo, por isto, ser preservados.

Opondo-se à metodologia das escolas Clássica e Neoclássica, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a escola Institucionalista desenvolveu-se, principalmente nos Estados Unidos. Com base na Sociologia e na História, Torstein Veblen (1857-1929), seu principal expoente, rejeitou o pressuposto neoclássico de que o comportamento humano é racionalmente dirigido, defendendo a idéia de que os padrões de consumo humano não são, necessariamente, resultados do cálculo racional dos ganhos e perdas marginais. Outros fatores são considerados importantes, neste aspecto. Entre os quais: o hábito, exibicionismo, entre outros. Ainda, questionando a insuficiência teórica neoclássica para explicar os problemas econômicos destacou-se, também, Arthur Pigou (1877-1959), sucessor de Marshall, em Cambridge, com a Economia do bem-estar. (GREMAUD; MONTORO FILHO; LANZANA, 2003)

Entre 1891 e 1929-1938, o Capitalismo enfrentou algumas crises, sendo que, de todas, a de maior intensidade foi a de 1929. A partir dela, o Estado Capitalista que sempre interveio na economia para garantir as condições de acumulação de capital, passou, também, a atuar inclusive como empresário capitalista em setores-chave da economia, tendo em vista a geração de renda. O suporte teórico dessas idéias vinha de John M. Keynes (1883-1946), cuja obra publicada em 1936, viria legitimar o intervencionismo estatal durante as décadas seguintes, apesar do avanço crescente do Neoliberalismo¹⁰, em várias partes do mundo, em diferentes intensidades, a partir da II Guerra Mundial, com destaque para as últimas décadas do século XX e início do XXI.

¹⁰ O Neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, áreas mais desenvolvidas do Capitalismo. Trata-se de uma reação teórica e política em relação ao intervencionismo estatal e ao Estado de bem-estar. Em *O Caminho da Servidão*, escrito em 1944, por Friedrich Hayek, está a sua gênese teórica. Nele Hayek se coloca contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, vistas, por ele, como uma ameaça mortal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato do autor, naquela época, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945, na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. Hayek é drástico, chegando a comparar a social-democracia moderada inglesa ao nazismo alemão, para ele entendido como uma "servidão moderna". Ver ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

Então, foi também, após a II Guerra Mundial, que a Ciência Econômica tornou-se mais heterodoxa. Além da expansão do keynesianismo e da resistência do marxismo, representado, sobretudo, por Paul Baran, Maurice Dobb e por Paul Sweezy, também se destacaram os institucionalistas Gunnar Myrdal e Galbraith, com visões teóricas alternativas à Clássica, a respeito, principalmente, do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Na América Latina, o destaque foi a criação da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e, atualmente, Caribe, em 1948, onde vários economistas puderam, a partir do método histórico e estruturalista, diagnosticar e propor soluções para o subdesenvolvimento desta região do continente americano. Entre estes economistas, citam-se: o argentino Raul Prebisch e o brasileiro Celso Furtado.

É fato que, nos anos 60, do século XX, o desenvolvimento de vários países capitalistas foi intenso. O Brasil, a partir do Programa de Metas (1956-1961) não foi exceção, tendo, inclusive, tido o seu “Milagre Econômico,”¹¹ entre 1968-1973. Com isto, a profissão de economista, tanto no setor público, quanto no privado tornou-se muito valorizada, em várias partes do mundo capitalista. Situação que não se repetiu na década seguinte, pois, os anos 1970 foram marcados por crises econômicas, carregadas, sobretudo, pelos chamados “Choques do Petróleo”, ocorridos em 1973 e 1979.

A principal crítica feita aos economistas é de que estes se preocupavam mais com as hipóteses, do que com a realidade observável, onde o raciocínio matemático formal e acadêmico passou a predominar, em detrimento da análise empírica. (BLAUG, 1999)

Para Leontief ‘os economistas pouco ligam para a qualidade dos dados com que trabalham’. (LEONTIEF apud BLAUG, 1999:325). A culpa por isto, segundo Leontief citado por Blaug é a influência malévola da metodologia do instrumentalismo. Para Henry Phelps, citado por Blaug, o que há de errado com a economia moderna “é que suas hipóteses sobre o comportamento humano são totalmente arbitrárias, sendo literalmente ‘retiradas do ar’ (...) ‘agora existem setores da teoria econômica abstrata que não tem nenhuma ligação com fatos concretos e são quase impossíveis de se distinguir da matemática pura’”. (PHELPS apud BLAUG, 1999: 325-326).

Nas últimas décadas do século XX e nos anos iniciais, do primeiro decênio, do XXI, a política econômica neoliberal ganhou espaço significativo tanto nas economias capitalistas desenvolvidas, quanto nas chamadas em desenvolvimento. Desregulamentação do mercado, privatização de empresas estatais, redução das “despesas” sociais, liberalização dos mercados são algumas das políticas propostas pelos seguidores desta corrente teórica e política. Da mesma forma tem crescido, também, o número de opositores a esta tendência neoliberalizante da economia, tendo em vista as consequências sociais e econômicas para os excluídos do desenvolvimento.

A pesquisa em Economia conta, atualmente, com múltiplas formas, procedimentos e instrumentos de análise e produção do conhecimento. O que muda neste conhecimento produzido são os enfoques, as abordagens e os instrumentos empregados em cada estudo. Esta mudança ocorre em função da opção e da linha de pesquisa de cada pesquisador.

Entre outras coisas, é esta pluralidade que tem levado, ao longo do tempo, a várias disputas metodológicas entre pesquisadores e escolas. Além disto, é necessário observar que no mundo atual, as transformações têm ocorrido em velocidade muito maior que as do passado, favorecidas pelos avanços tecnológicos e informacionais presenciados em todas as áreas do conhecimento.

Estas transformações afetam a sociedade, em todas as esferas, da mesma forma que envolvem múltiplos interesses que se estendem desde os coletivos, como: qualidade de vida, direitos ambientais, inclusão social, entre outros, até individuais ou de grupos, tais como: manutenção de determinados grupos no exercício do poder político, de latifundiários, entre outros. São questões que, de acordo com a evolução histórica da humanidade, vão gerando novos problemas, novas questões a serem respondidas também pelo economista, guiando-se, assim como as demais ciências, por regras de metodologia científica.

¹¹ Sobre o “Milagre Econômico” brasileiro, ver REGO; MARQUES et al (2006)

PRÁTICAS E CONTROVÉRSIAS QUANTO AOS MÉTODOS E TEORIAS NA INVESTIGAÇÃO ECONÔMICA

A palavra método é de origem grega e significava 'atalho'. Atualmente o termo tem duas acepções: uma teórica e outra prática. Do ponto de vista teórico, o método é a orientação para a pesquisa científica, é o que lhe dá um encaminhamento lógico. Entre eles se destacam: o Dedutivo, o Indutivo e o Dedutivo-Hipotético. Do lado prático, o método se identifica com as técnicas de levantamento, de amostragem e de tratamento dos dados.

No entanto, é interessante frisar que embora o método e a técnica sejam elementos interrelacionados, na realização de um estudo científico são coisas diferentes. O método se relaciona à estratégia para o atendimento de um objetivo e a técnica à tática de operacionalização do método. Em muitos casos a pesquisa científica se baseia em vários métodos, porém, apenas um é privilegiado.

No caso da investigação econômica, na visão Blaug toda controvérsia entre pesquisadores envolve mais questões metodológicas do que de conteúdo. O grande problema, de acordo com este autor é que o economista, na atualidade, raramente se dedica às investigações metodológicas, o que o leva a se preocupar mais com o método segundo o qual os economistas atuais se ocupam em confirmar suas teorias, do que com o conteúdo real da Ciência Econômica moderna. *"Em vez de tentar refutar previsões testáveis, os economistas modernos, no mais das vezes, se satisfazem em demonstrar que o mundo real se ajusta às suas previsões, substituindo dessa forma a falseação, que é difícil, pela verificação, que é fácil."* (BLAUG, 1999:330)

Como bom adepto do falseacionismo, Blaug vê com grandes ressalvas as posições epistemológicas verificacionistas prevalentes na pesquisa econômica contemporânea e os freqüentes axiomas que ela produz. Um deles muito conhecido, questionado, mas, que tem crescido o seu uso nas demais ciências, entre as quais a medicina, é o da racionalidade econômica.

Em relação a esta questão, Possas (1995) afirma existir um ponto de convergência entre autores, de várias linhas teóricas, que abordam questões interrelacionadas à racionalidade. Segundo a autora, a racionalidade maximizadora só é válida em situações de extrema simplicidade do cálculo e perfeito conhecimento. Contudo, a situação concreta é mais complexa e os agentes têm consciência da incapacidade de lidar com isto. Assim, o mais racional é seguir caminhos já testados, adaptados a circunstâncias semelhantes. Por outro lado, quando se trata de criar novas soluções, os agentes procuram fazê-lo de modo passível de rotinização. Segundo Possas,

E esta atitude, além de racional, também pode ser tomada por motivos irracionais, pois é reasseguradora e permite que afastemos de nossa consciência o fato de que estamos sempre submetidos à incerteza e ao desconhecido. Com isso não se quer dizer, todavia, que a (ir)racionalidade sob incerteza implique necessariamente a adoção de rotinas ou convenções, mas tão-somente que isto ocorrerá com bastante freqüência. Elas costumam ser adotadas em diversas situações em que a incerteza é muito grande, por exemplo, na fixação de preços em mercados oligopólicos em que a guerra de preços pode vir a ser uma ameaça... (POSSAS, 1995:185)

Para Blaug, a fraqueza central da Ciência Econômica está na sua relutância em produzir teorias que rendam implicações refutáveis de forma não ambígua, seguida de uma disposição de não confrontar aquelas implicações com os fatos. Como exemplo, o autor cita a teoria do crescimento afirmando que dadas as suas implicações práticas muito limitadas, pode-se perfeitamente questionar a intensidade dos recursos intelectuais que têm sido devotados a ela nos últimos anos.

Contudo, esta teoria, para o autor, não explica, por exemplo, as causas do crescimento econômico nas economias industriais. Esta teoria até explica os impactos positivos do crescimento econômico devido ao incremento de fatores tecnológicos e, conseqüentemente, da maior produtividade marginal da mão-de-obra, num modelo de economia estático e em equilíbrio geral, mas, como se sabe, o crescimento econômico é desequilibrado. (BLAUG, 1999:335-336).

Já para Keynes (1973 apud Blaug, 1999:128)

Bons economistas são raros porque o talento para se usar a 'observação vigilante' para se escolher bons modelos, embora não exija técnica intelectual altamente especializada, parece ser bem raro. Em segundo lugar, a economia é essencialmente uma ciência moral e não uma ciência física. Isto é, emprega introspecção e juízo de valor. (BLAUG, 1999:128)

Os anos 70, do século XX, foram, segundo Blaug, repletos de autocríticas por parte de alguns economistas. Para Leontief (1971 apud BLAUG, 1999), a excessiva e contínua preocupação dos economistas com o hipotético ao invés da realidade observável prejudicava o desempenho da comunidade científica, além do mais, os economistas pouco se preocupavam com a qualidade dos dados com os quais trabalhavam. A culpa disto era a influência da metodologia impregnada de instrumentalismo e teorização.

Para Brown (1972 apud BLAUG, 1999), o problema maior era que as hipóteses sobre o comportamento humano levantadas pelos economistas eram totalmente distantes da realidade concreta. De tão abstratas poderiam ser confundidas com matemática pura.

Atualmente existem vários programas de pesquisa alternativos da economia que expressam a desilusão e ceticismo em relação à corrente dominante da economia que preza o quantitativismo, em detrimento do qualitativo e o verificacionismo em detrimento do falseacionismo metodológico. Mas, a metodologia econômica, segundo Blaug, não tem a capacidade de dizer qual é o método ou a teoria que melhor serve para a investigação econômica. No entanto, o estudo dela pode apresentar critérios para aceitação ou rejeição desta ou daquela teoria.

CONCLUSÕES

Observa-se que o avanço da Ciência Moderna confunde-se com a própria evolução do Sistema Capitalista. Com a Ciência Econômica, a história não é diferente. Nascida como Economia Política, ao longo do tempo, esta ciência foi gerando e sendo gerada pelas mudanças nos padrões de acumulação do Capitalismo, levando-a a tornar-se apenas Economia ou Ciências Econômicas.

Como as demais áreas da ciência, a pesquisa em Economia conta, atualmente, com múltiplas formas, métodos, procedimentos e instrumentos de análise e produção do conhecimento, embora prevaleça, em grande parte, o quantitativismo. O que muda neste conhecimento produzido são os enfoques, as abordagens e os instrumentos empregados em cada estudo. Esta mudança ocorre em função da opção e da linha de pesquisa de cada pesquisador.

Entre outras coisas, é esta pluralidade que tem levado, ao longo do tempo, a várias disputas metodológicas entre pesquisadores e escolas. O que não é ruim porque se entende que os conflitos geram mudanças.

O importante é que o Homem seja pensado dentro do contexto histórico e social e da interferência destes no seu modo de pensar, agir e interpretar a sua realidade.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. (Orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.P. et al. *Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica*. 8 ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo:EDUC, 1999.

ARAÚJO, C.R.V. *História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória*. São Paulo: Atlas, 1995.

- BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 2 ed. ampl. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BLAUG, M. *Metodologia da Economia*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- DEFAULT, P. *As teorias econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- FACHIN, O. *Fundamentos de Metodologia*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- GREMAUD, A. P.; MONTORO FILHO, A. F.; LANZANA, A. et al. *Manual de Economia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- JAPIASSU, H. *O Mito da Neutralidade Científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- _____. *A Revolução Científica Moderna*. Rio de Janeiro: Imago, 1985.
- LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MARX, K. *A miséria da filosofia*. 2 ed. São Paulo: Global, 1985.
- PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- POSSAS, S. Notas acerca da racionalidade econômica. *Economia e Sociedade* (5), dez 1995. Campinas: IE/UNICAMP, 1995, p. 181-187.
- REGO, J.M.; MARQUES, R.M et al. *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- RIBEIRO JÚNIOR, J. *O que é positivismo*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SANTOS, A. R. dos. *Metodologia Científica: a construção do conhecimento*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SCHUMPETER, J. A. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- VIEGAS, W. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 2 ed. rev. Brasília: Paralelo 15/UNB, 1999.